ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Relatório de Audiência

Dia: 2 de Março de 2011
Hora: 14h00

ENTIDADE: GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes e Executantes, CRL, representada por: Prof. Pedro Wallenstein (Presidente), Dr. Luís Sampaio e Dr.ª Gisela Telles Ribeiro.

Recebido por:

Deputados João Serrano (PS), Marisa Macedo (PS), Inês de Medeiros (PS), Helena Lopes da Costa (PSD), Catarina Martins (BE) e João Oliveira (PCP).

O Senhor Deputado João Serrano, coordenador do Grupo de Trabalho, deu as boas-vindas aos representantes da GDA e deu a palavra ao seu Presidente, que passou a expor os motivos que suscitaram o pedido de audiência:

- ✓ A celebração do Dia Mundial da Propriedade Intelectual a 26 de Abril;
- ✓ A questão dos estatutos dos profissionais de espectáculo e do audiovisual, tendo feito entrega de documento com posição da GDA sobre o assunto;
- ✓ A questão de serem ou não fixadas tabelas para os direitos dos artistas, defendendo que tal viola as leis da concorrência e que deveriam ser criadas instâncias arbitrais para esse fim.

Terminada a exposição, seguiu-se uma breve fase de debate, no qual intervieram todos os Senhores Deputados presentes, tendo sido esclarecido que, no grupo de trabalho criado para análise das iniciativas legislativas sobre o estatuto dos profissionais de espectáculo, a questão está centrada na Lei n.º 50/3004, que transpôs para a ordem jurídica portuguesa uma norma que permite que as sociedades de gestão colectiva de direitos de autor possam negociar direitos até para os que nelas não estão inscritos e na existência ou não de tabelas mínimas para a remuneração de direitos conexos e de direitos de autor, e foram colocadas questões sobre o pagamento dos IVA pelos artistas e sobre a cópia privada.

Os representantes da GDA esclareceram que, em sua opinião, a norma da Lei n.º 50/2004 não é contrária à Constituição; que deveria ser criada uma comissão de mediação e arbitragem, que periodicamente estabelecesse as balizas entre as quais poderia haver acordos quanto aos montantes a pagar como direitos de autor e direitos conexos; no que toca ao pagamento do IVA, reiteraram que continua a existir uma prática fiscal contrária à lei; quanto à lei da cópia privada, disseram saber que em breve o Conselho Nacional de Cultura iria apreciar uma nova proposta do Ministério da Cultura, que consideraram melhor do que a anteriormente veiculada e que a lei em vigor e adaptada à realidade actual.

O Senhor Deputado João Serrano agradeceu os esclarecimentos prestados e encerrou a audiência pelas 15:00h, a qual foi gravada em suporte áudio, que faz parte integrante do presente relatório.

Palácio de São Bento, em 2 de Março de 2011

O Coordenador do Grupo de Trabalho

(João Serrano)